



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS BISPOS DOS REGIONAIS NORDESTE 2 E 3
DA CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL
EM VISITA «AD LIMINA APOSTOLORUM»**

Segunda-feira, 30 de Setembro de 1985

*Senhor Cardeal,
Caríssimos Irmãos no Episcopado!*

1. O ENCONTRO PESSOAL realizado com cada um dos Senhores, se para os Senhores é um gesto altamente significativo, de comunhão sacramental e hierárquica com o Sucessor de Pedro e portanto de autêntica colegialidade, se para os fiéis de suas Igrejas é motivo de edificação e de amadurecimento na fé, para o Papa é ocasião privilegiada para conhecê-los melhor e conhecer suas Dioceses, através dos Senhores, Pastores dedicados, que, com zelo e simplicidade e não sem sacrifício, se inserem na vida e problemas de sua gente. Aquilo que pude colher da rápida leitura dos Relatórios Quinquenais se completa assim e se enriquece prodigiosamente com os colóquios, infelizmente muito breves, que tenho o prazer de manter com os Senhores.

Por tudo isso lhes sou muito grato. É que, na medida do possível, tudo quanto me é dado ouvir, guardado no tesouro da memória e do coração, passa a fazer parte da "instantia mea quotidiana, sollicitudo omnium ecclesiarum" (2 Cor 11, 28), e se torna objeto de minha constante oração por todos aqueles que, como os Senhores, são para mim irmãos muito caros no pastoreio do rebanho.

2. Neste encontro coletivo com os Bispos dos Regionais Nordeste-2 e Nordeste-3 da Conferência dos Bispos do Brasil - cujo significado o Senhor Cardeal Brandão Vilela tão amável e eloquentemente quis realçar - é impossível não evocar junto com os Senhores a porção nordestina do povo brasileiro, cujo rosto eu pude pelo menos adivinhar (se não conhecer), nas incalculáveis multidões que me foi dado contemplar, há cinco anos, em Salvador e Recife.

Como tive ocasião de manifestar naqueles dias memoráveis, e como tenho repetido tantas vezes desde então, trouxe do contacto com o Brasil a impressão de ter convivido com um povo dotado de uma alma visceralmente religiosa, faminto e sequioso de Deus e aberto aos valores espirituais.

Bem sei que esta “alma naturalmente cristã” é, no caso do Brasil, apesar do esforço missionário de ontem e de hoje, severamente ameaçada por fatores externos e internos. Externos: a crônica escassez de sacerdotes, deixando como ovelhas sem pastor inúmeros fiéis: o proselitismo insidioso e desleal de seitas e grupos religiosos acatólicos; a marcha avassaladora do secularismo, com suas várias faces; a crise dos valores morais. Fatores internos: certo clima de incerteza e ambiguidade no anúncio da fé e das verdades a crer; a conseqüente germinação de dúvidas e perplexidades no espírito de muitos católicos, sobretudo dos mais simples, quanto ao conteúdo e às exigências da fé; as divisões entre irmãos na mesma fé em torno de questões fundamentais; o perigo de ver delinear-se imagens de Igreja, que nem na teoria nem na prática correspondem com aquela que o Verbo de Deus feito Homem quis e fundou.

Diante deste quadro, com suas luzes que suscitam alegria e esperança e com suas sombras que não é justo nem prudente disfarçar ou ignorar, a responsabilidade aparece em toda a sua extensão e profundidade.

Inspirando-nos na imagem do Bispo que, há vinte anos, os documentos do Concílio projetaram, podemos dizer que aos Senhores, como a todos os Pastores da Igreja, urge o convite do “Supremo Pastor” (1 Pd 5, 4) a serem: - edificadores da comunidade eclesial, quer convocando os distantes e congregando-os na fé, na caridade e no culto de Deus Vivo, quer sendo para os fiéis sinais eficazes de unidade sobretudo em meio aos fermentos de divisão, quer tutelando essa unidade quando ameaçada ou em perigo; - anunciadores de Palavra e, por conseguinte, zelosos e luminosos mestres e doutores da verdade revelada, verdade sobre Deus e seu Cristo, sobre a Igreja e sobre o Homem: - pais espirituais, capazes de gerar inúmeros filhos de Deus em Cristo pelo Evangelho (1 Cor 1, 15) e de educá-los na fé fazendo-os crescer até à estatura do Homem perfeito, Jesus Cristo (cf. Ef 4, 13); - pastores et guias prudentes, corajosos, mansos, dedicados, compassivos, que querem e sabem orientar pelos caminhos do Evangelho tantos que se encontram dispersos, extraviados, iludidos; - mestres de oração aplicados a ensinar aos fiéis os caminhos da oração e do louvor, da adoração e - por que não? - da contemplação; - santificadores do Povo de Deus que, pela palavra e pelos sacramentos, não desdenham de revelar aos outros aquilo que está para além dos horizontes deste mundo e desta vida, e que dá sentido pleno a este mundo e a esta vida.

A Palavra de Deus nas Escrituras, o Magistério da Igreja, a consciência de cada Pastor e a voz - mais ou menos clamorosa, mas sempre clara e imperiosa - dos próprios fiéis estão a dizer continuamente que um Bispo não realiza a plenitude da sua vocação e missão, se não cumpre com desvelo cada uma dessas dimensões do seu múnus episcopal.

3. Na fidelidade escrupulosa à sua missão, primordialmente espiritual e religiosa (cf. *Gaudium et spes*, 42), a Igreja não pode desatender ao seu dever diante dos problemas que afligem o homem e, especialmente, das situações que o ofendem na sua condição de pessoa humana e de filho de Deus. Nas regiões em que os Senhores foram postos como Pastores, imensas massas humanas sofrem - e nelas Cristo revive de algum modo a sua Paixão - o drama do subdesenvolvimento e da marginalização com suas várias faces esquálidas: subnutrição quando não o espectro da fome, enfermidades, mortalidade infantil, etc. Diante da tentação, não hipotética nem tão rara, de refugiar-se no fatalismo, senti o dever de dirigir aos mais pobres entre os pobres, nos Alagados de Salvador, um forte apelo: Deus não quer vocês vilipendiados, rebaixados a uma vida infra-humana, mergulhados na miséria. Deus os quer criaturas humanas e filhos seus, revestidos da dignidade que isso comporta.

4. Com o pensamento voltado para aqueles irmãos nossos e levado pelo clima de confiança deste nosso encontro, Senhor Cardeal e Senhores Arcebispos e Bispos, não resisto ao desejo de propor-lhes uma reflexão que considero da maior relevância. Reportando-me a conceitos, que mais uma vez exprimi, recentemente, por ocasião do *Dia Mundial da Alfabetização* (cf. João Paulo II, *Nuntius scripto datus ob diem alphabeticarum institutionum inductioni per orbem dicatum*, 7 de setembro de 1985: *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, VIII/2 [1985] 594 s.), ousou afirmar que não existe possibilidade nem chance de desenvolvimento, de integração social (e portanto de vitória sobre a marginalização) nem de autêntica libertação! se não se começa por eliminar o analfabetismo, dar instrução, educação de base, cultura. A história antiga e recente de muitos povos confirma a verdade desta convicção. Não se opera verdadeira reforma de estruturas, não se cria a nova ordem social, não se realiza a genuína libertação com analfabetos.

Facilitar a alfabetização e a educação básica é um serviço fundamental que se presta a uma multidão de marginalizados. Um homem que aprende a ler e a escrever compreende melhor a necessidade da higiene, tem mais possibilidade de cuidar da saúde, conhece melhor os próprios direitos e deveres, sente o desejo de participar, começa a pôr-se de pé, começa a realizar a própria libertação, não a que lhe querem impor mas a que lhe convém.

Para que isso suceda, o processo de alfabetização deve respeitar algumas leis internas. Na impossibilidade de comentá-las todas, recordo uma das mais imperativas: a alfabetização deve ter por finalidade única a cultura e o desenvolvimento integral do homem alfabetizando. Este princípio deveria bastar para esconjurarmos qualquer processo de alfabetização que, por seus métodos ou seus objectivos mais ou menos velados, tendesse a “conscientizar” o alfabetizando, se a este termo se dá o sentido de condicioná-lo a uma determinada ideologia ou esquema mental de tipo sócio-político, diminuindo a sua liberdade de discernimento e de opções pessoais. Outra coisa é e se por “conscientizar” se entende “despertar a consciência da própria dignidade de pessoa humana com seus direitos e deveres”. Uma alfabetização que conduzisse enganadoramente o alfabetizando a uma sujeição ideológica não seria um processo de libertação, mas de uma nova escravidão, tanto mais grave quando vestida das aparências da

libertação.

5. Como não sublinhar, neste ponto, a conaturalidade que existe entre a missão da Igreja e o esforço de instruir e educar? O título que ela recebeu desde as origens, de Mãe e Mestre, é a melhor expressão da sua vocação primogênia a ensinar e educar. Durante toda a sua história ela tem sido fiel à função educativa: basta pensar na actividade marcante dos Mosteiros e Abadias, na antiguidade; na criação das primeiras Universidades, na Idade-Média; na fundação de Ordens e Congregações religiosas com o carisma preponderante do ensino e da instrução; no grande número de instituições educativas criadas e mantidas pela Igreja em todos os quadrantes da terra. A contribuição da Igreja no campo educacional e cultural só pode comparar-se com a que ela presta e sempre prestou no campo da saúde e da assistência aos mais necessitados.

Essa verificação constitui, fora de dúvida, uma interpelação à Igreja para que, em contextos como aqueles em que os Senhores são chamados a agir, ela aceite o desafio de assumir também o papel de protagonista, junto com outros organismos governamentais ou privados, da obra de alfabetização. Ela o está fazendo em alguns Países e poderia fazê-lo em outros mais, com a viva consciência de que, fundada no amor do Redentor, está a servir para que floresçam a justiça e a caridade (cf. *Gaudium et spes*, 76) e a dar assim uma contribuição válida para o desenvolvimento integral de imensas massas marginalizadas. A serviço dessas, ela se lança na única revolução que ela sabe e pode fazer: a revolução do amor. Neste caso, mediante a pacífica, construtiva, fecunda, eficaz e libertadora revolução do livro e da pena.

6. A importância vital deste tema diminuirá talvez a surpresa que poderia causar sua escolha em um discurso como este. Estou certo, ademais, de que os Senhores compreenderão nos seus justos termos, acolherão com generoso empenho e traduzirão em obras o grave apelo contido nestas considerações com as quais desejei assinalar este nosso encontro.

É um apelo que se dirige a Bispos do Nordeste mas também - por que não - aos Bispos brasileiros em geral: apelo a uma forma concreta do "misereor super turbam" (Mc 8, 2) . No afã de participar do progresso material, moral e espiritual do País, não cabe aos Senhores propor soluções técnicas ou alternativas político-partidárias, mas é seu direito-dever oferecer uma contribuição profundamente humana como é a da alfabetização.

Contribuição de suma importância - repito - porque desencadeia consequências valiosas, na linha do desenvolvimento e da evangelização. Confio, pois, aos Senhores a tarefa de estudar e dar sugestões e a melhor colaboração a outras instâncias interessadas, com um plano de ajuda eficaz à alfabetização e educação de base das populações analfabetas. Ninguém pretende que a colaboração da Igreja, orientada pelos Senhores, solucione o problema, que como os Senhores mesmos me informam, é ainda grave no País. Mas essa colaboração será certamente frutuosa para resolver uma parte do problema e provocar outros esforços. Milhões de famílias lhes serão gratas por isso. Deus os abençoará. E pode ser que um dia o próprio Cristo lhes diga, à soleira do

seu Reino: “Eu era analfabeto e me ensinastes a ler, a escrever, e a contar”.

7. Não quero concluir sem observar que amanhã começa o mês de outubro, celebrado há séculos pela piedade popular como o Mês do Rosário. Sei que a Terço foi, até há bem pouco tempo, a devoção tradicional do povo brasileiro. Nas cidades e vilas do interior era habitual o Terço em família ou nas capelas da roça, verdadeiras sementes das comunidades eclesiais de base. O Terço foi, por séculos, instrumento de catequese para os pobres e iletrados, expressão de culto popular, manifestação de carinho filial a Nossa Senhora.

Quem dera que, de um modo ou de outro, essa expressão de piedade popular voltasse a florir. Os Senhores mesmos me disseram que na devoção à Mãe de Deus, tão radicada na alma da gente, encontra-se um meio de catequese e um instrumento para refrear a avalanche das seitas entre o povo mais humilde.

À Virgem Nossa Senhora, que vela sobre a Bahia com o título da Conceição da Praia, sobre Pernambuco com a invocação de Nossa Senhora do Carmo, sobre a Paraíba com o nome de Nossa Senhora das Neves, e com outros títulos sobre as demais regiões, quero encomendar as pessoas e o ministério episcopal dos Senhores, suas preocupações pastorais; os presbíteros, seus irmãos no Sacerdócio e cooperadores nos cansaços e alegrias do pastoreio; os religiosos e religiosas, elementos particularmente marcantes na vida das Dioceses, os vários agentes de pastoral; as famílias que compõem suas Igrejas, com especial menção dos jovens, todos aqueles a quem o Senhor Jesus os enviou como Pastores.

Queira a “Estrela da evangelização” (Paulo VI, *Evangelii nuntiandi*, 82) refulgir no horizonte, das suas labutas pastorais, como a estrela d’alva, sinal de nova aurora e penhor de renascente esperança para a sua missão de Pastores.

Recordem-me junto de Deus, sobretudo na Eucaristia. A Bênção Apostólica que lhes dou é o sinal e a promessa de que eu também rezo pelos Senhores.

Copyright © Libreria Editrice Vaticana